

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: ENFRENTAMENTOS DOS CONFLITOS SOCIAIS E AÇÃO DESAFIADORA DA MULHER NEGRA PELOS DIREITOS DE RECONHECIMENTO NA SOCIEDADE.

Enlace temático ET02: Mulheres violência e luta por reconhecimento

Autor (Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araújo)

*Prefeitura Municipal de Vila Velha
Leticiaspk1@hotmail.com*

Coautor (Ednalva Rodrigues de Oliveira)

*Prefeitura Municipal da Serra
Jackeara@hotmail.com*

RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma análise a partir do contexto histórico da situação da mulher negra no período escravista, e a emergente organização dos movimentos de mulheres negras na década de 70 exigindo participação ativa na vida política, contrapondo-se aos papéis que eram subordinadas e às tarefas domésticas. A partir de então, mudanças políticas vão acontecendo de uma trajetória de luta contra a subordinação, racismo, desigualdade de gênero, mobilização diante da invisibilidade da mulher como cidadã de direitos que não podem ser negados numa sociedade democrática, como também sua inserção no mercado de trabalho e o direito de ir e vir nos espaços sociais. Pretende-se indagar que representatividade tem a mulher negra na sociedade? Pois a mulher negra está associada a um passado histórico escravista, que a desqualifica em relação às mulheres brancas que tem tratamentos diferenciados. Mulheres negras têm unido forças coletivamente na luta pelo “não” contra o racismo e formas de opressão no país. As organizações não governamentais (ONGs), frente à representatividade política das mulheres negras vêm visando seus direitos, valorização entre outros fatores. É visível a atuação do movimento de resistência das mulheres na luta organizada em seminários, grupos culturais, artísticos, literários, partidos políticos, sindicatos, e em organizações religiosas, engajados por uma política antirracista. Partimos do pressuposto que a escola um espaço social e diversificado é fundamental as questões de gênero como prioridade no currículo, assim como refletir no educar para as diferenças respeitando as diversas identidades que fazem parte do cotidiano escolar.

Palavras - chave: Movimentos sociais, mulher negra, gênero, discriminação, educação.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como justificativa estudar sobre o contexto histórico da mulher, em especial as mulheres negras com trajetórias e conflitos em busca de reconhecimento. A visão construída em nossa sociedade, em relação, aos africanos escravizados historicamente, é que sofreram todos os danos físicos, psicológicos e socioeconômicos de forma passiva e submissa.

Essa visão trouxe efeitos de uma imagem negativa à população negra que se perpetua até os dias atuais como pessoas que tem o seu lugar reservado em funções secundárias, o negro na ausência de visibilidade, lembrado na condição de escravo, e desconhecido.

É importante recontar a história que lutas e resistências são marcos históricos que fizeram parte do povo negro no Brasil e que árduo processo por igualdade e acesso aos diversos setores sociais, são lutas constantes do Movimento negro desde o regime escravista aos dias atuais.

[...] Afinal, já se passaram mais de quatro séculos. Por isso é importante considerar que diante dos limites impostos ao africano escravizados e seus descendentes, os esforços desses sujeitos na luta pela sua libertação representam um sentimento de coragem e indignação diante da escravidão, e não de apatia ou passividade (MUNANGA e GOMES, 2016, p. 69).

Em sua diversidade o Movimento Negro brasileiro tem mostrado o quanto é árdua a experiência dos negros por lutas de reconhecimento, igualdade, cidadania, justiça e respeito. Os autores acrescenta que,

[...] Essa não é uma luta só dos negros, vários outros setores e grupos étnico-raciais têm se destacado como parceiros históricos do povo negro e vivido processos semelhantes de luta. É sempre bom lembrar que a história do negro brasileiro não é algo particular. Ela está inserida na história do Brasil e na construção da identidade de seu povo. (MUNANGA e GOMES, 2016, p.108).

A emergente organização dos movimentos sociais étnicos, raciais, homossexuais, de mulheres entre outros na década de 70 consolidam mudanças políticas de uma trajetória de luta contra o racismo, a desigualdade de gênero, classe social e a discriminação.

A pesquisa tem como objetivo geral contribuir para a melhoria da condição social da mulher negra através da representatividade nos espaços sociais, como objetivos específicos estão: a) Reconhecer os diferentes sujeitos socioculturais no ambiente escolar, b) Desenvolver ações

pedagógicas que contribui para o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, c) Promover o empoderamento feminino para a igualdade de gênero.

Conceituando gênero vem associado às diferenças sexuais relacionadas entre homens e mulheres, especificamente, às relações sociais que se constrói entre eles, focando na condição da mulher historicamente na condição de trabalhadora do lar, na relação afetiva, sexual e a maternidade, demarcam o espaço que a mulher deve ocupar na sociedade.

[...] à medida que se analisam homens e mulheres como categorias simbólicas, identificam – se as expectativas e os valores que a cultura concreta associa ao fato de ser homem ou ser mulher, o que nos possibilita entender ideologias dos agentes. Portanto não podemos entender a classe, a raça, a desigualdade sem considerar o gênero. (OLIVEIRA, 2006, p.36).

Indagamos por sermos mulheres e negras, que representatividade tem a mulher negra na sociedade brasileira? Pois a mulher negra está associada a um passado humilhante de dominação escravista, rotuladas com estereótipos que a desqualificava em relação às mulheres brancas que tinham e tem tratamentos diferenciados. Um fator crucial que tem gerado impactos na representatividade da mulher é a influência do “belo” que a mídia as indústrias de cosméticos vem exercendo sobre as mulheres, para inserção no mercado de trabalho.

Alvarenga (2007) em seu livro relações de gênero relata que a construção dos padrões atuais de beleza feminina tem interferido de modo decisivo para o aumento do número de mulheres que acabam vitimas de doenças como a anorexia, desejando um padrão estético de magreza com restrição alimentar que vai abaixo do peso dito normal.

Esse processo de desigualdade está associado ao gênero, às características físicas, cor da pele, cabelo, sendo assim, como estão sendo construídas as relações de trabalho na sociedade, que desrespeitam as trabalhadoras domésticas e as expõem a situações de humilhação e dano, são marcas de exclusão social que a mulher negra é violentada física e psicologicamente em seu cotidiano, e quando ocupa uma posição social: professora, advogada, médica, engenheira entre outras funções, ainda assim, são estereotipadas e sofrem desigualdades sócio econômicas na sociedade comparadas com outras mulheres. Alvarenga vem concordando que,

Nesse contexto de discriminação etnia / gênero, as mulheres negras são as mais afetadas. Além de sofrerem a discriminação de cor e de gênero, também são discriminadas quanto aos locais de trabalho mais que os homens da mesma cor e as

mulheres brancas. [...] merecem destaque os movimentos sociais de resistências das mulheres nos últimos anos que, se ainda não deram conta de acabar com as diversas formas de violência e discriminação, têm conseguido desvelar a naturalização das diferenças e alcançado significativos avanços tanto no campo pessoal como no profissional [...] (Alvarenga, 2007, p. 40).

É nesse sentido que julgamos importante, a atuação do movimento de resistência das mulheres na luta organizada em busca de reconhecimento, dignidade e visibilidade, Oliveira (2006) salienta que o ano de 1988 pode ser considerado o ano da grande mobilização das mulheres negras brasileiras em vários Estados, contra a exclusão social e busca de igualdade racial para a mulher negra. A autora ainda acrescenta que:

[...] O movimento trouxe também decisivas contribuições para o processo democrático brasileiro, com inovações importantes no campo das políticas públicas, como a criação dos Conselhos da Condição Feminina – órgão voltado para o desenvolvimento de políticas públicas de promoção e igualdade de gênero e do combate à discriminação das mulheres em geral. (OLIVEIRA, 2006. p.34).

É importante salientar que o Estatuto da Igualdade Racial de 20 de Julho de 2010, é uma das conquistas alcançadas pelo movimento negro que determina a garantia à população negra efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância religiosa.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º é assegurado o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna pluralista, sendo o racismo crime inafiançável, a Lei 11.340/ 2006 (Maria da Penha), cumpriu um papel relevante para conter a violência de gênero e assegurar mecanismo de defesa contra qualquer violência à mulher;

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Atualmente as redes sociais vêm trazendo um panorama espantoso em relação à mulher são ações de violências no âmbito público ou privado, e muitas temem a represália do agressor vivendo sobre o julgo sem denunciá-lo, podendo causar danos físicos, materiais, psicológicos e conseqüentemente

a morte. A Lei nº 13.104 /2015 vem como mecanismo positivo em defesa das mulheres que diz respeito ao crime envolvendo homicídios, violência doméstica e familiar, motivado pelo gênero.

É crítico o cenário de violências contra a mulher, restrita de seus direitos vive sob o jugo do enraizado preconceito da sociedade, estampado em seu corpo as diversas formas de violência, marcado pelo desrespeito e segregação, consequências das desigualdades sociais.

Há um ditado popular que dizia “Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, sustentou que ninguém deveria intervir ou denunciar os casos de agressões contra as mulheres, o homem se achava no direito de ser o superior, o forte em relação à mulher que era tida como sexo frágil, vivendo sobre o jugo opressor, machista e patriarcal. Constantes lutas dos movimentos sociais, secretarias, programas de saúde, delegacias, com a participação do Estado tem consolidado em avançar mesmo lentamente nas políticas públicas em prol dos direitos das mulheres, entre esses avanços está à implementação da Lei Maria da Penha e do feminicídio.

Contudo, ainda muito tem que se fazer em proteção às mulheres negras, a efetivação de políticas de igualdade racial para que gozem dos direitos que com ardor foram adquiridos, políticas que assegure acesso a população negra, posições sociais importantes, implementação de medidas que promova direitos de cidadania, valorização identitária, étnica e cultural no âmbito da sociedade, pois o que se vê é o sofrimento da população negra por perdas e danos, incluindo morte dos filhos e familiares vítimas de violências raciais, é um cenário de violência física contra o corpo negro, decorrente de um passado sócio histórico.

Destacamos as Ações afirmativas que se constituem políticas de combate ao racismo à discriminação racial visando à reparação de danos sofridos pela população excluída dos direitos e oportunidades tanto no mercado de trabalho como no processo educacional.

A demanda por reparações visa que o estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com o poder de governar e de influir na formulação de política, no pós - abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminação (BRASIL, MEC, 2013, p. 498).

A implementação dessas ações visa à promoção de igualdade de oportunidades nos espaços antes não ocupados pela população negra, devido o processo de rejeição da sociedade seletiva em que as relações acontecem de forma desigual, garantido então a democracia do ensino, o ingresso e a permanência na educação escolar, bem como o desenvolvimento na vida acadêmica e desempenho para a qualificação profissional.

[...] Nesse sentido, as políticas de ações afirmativas têm como perspectiva a relação entre passado, presente e futuro, pois visam corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por fim a concretização do ideal de efetiva igualdade e a construção de uma sociedade mais democrática para as gerações futuras. Por isso, está no horizonte de qualquer ação afirmativa a remoção de barreiras interpostas aos grupos discriminados, quer sejam elas explícitas ou camufladas a prevenção da ocorrência da discriminação (MUNANGA e GOMES, 2016, p.186).

Abordar a questão do gênero na educação infantil conforme nossas vivências é pensar na formação da criança enquanto sujeito cultural, e desconstruir padrões sociais, onde menino não pode brincar com brinquedos de menina, determinadas cores só pertence às meninas, nos papéis social a figura do menino se sobrepõem em relação às meninas que representam o papel secundário nas brincadeiras, as desigualdades de gênero e racial é visível já na infância, o próprio contexto familiar das crianças inúmeras vezes vem carregado de preconceitos, fortalecendo essas desigualdades, reproduzindo o desrespeito as diferenças que resulta em concepção de infância marcada pelas diversas formas de violência.

As manifestações da discriminação racial na escola conformam um quadro de agressões materiais ou simbólicas, de caráter não apenas físico e/ou moral, mas também psíquico, em termos de sofrimento mental, com consequências ainda não satisfatoriamente diagnosticadas, visto que incidem cotidianamente sobre o alunado negro, alcançando - o já em tenra idade (SILVA, 2002, p.14).

Julga - se primordial abordar questões tais como: racismo, preconceito, discriminação, etnia racial no contexto escolar infantil, pelo fato da menina negra na infância já sofrer risco de ser constrangida e discriminada pela sua cor, pelo cabelo crespo e à proporção que vai tornando-se adolescente a pressão psicológica aumenta se reproduzindo cada vez mais as práticas discriminatórias e preconceituosas, ao se deparar a fase adulta “mulher” traz consigo as marcas estereotipadas, e com o envelhecimento somado ao racismo é mais vivenciado ainda o abandono as cenas de violência doméstica contra as mulheres negras idosas.

Percebe-se a existência do racismo e do preconceito quando são manifestadas nos espaços públicos e privadas essas práticas diferenciando e trazendo uma imagem negativa do negro de maneira indevida e equivocada. A esse respeito Munanga concorda que,

Ninguém nasce com preconceitos: eles são aprendidos socialmente, no convívio com outras pessoas. Todos nós cumprimos uma longa trajetória de socialização que se inicia na família, vizinhança, escola, igreja, círculo de amizades e até na inserção em instituições enquanto profissionais ou atuando em comunidades e movimentos sociais e políticos. Sendo assim, podemos considerar que os primeiros julgamentos raciais apresentados pelas crianças são frutos do seu contato com o mundo adulto. As atitudes raciais de caráter negativo podem, ainda, ganhar mais força na medida em que se convive em um mundo que coloca as pessoas constantemente diante do trato negativo do negro, do índio, da mulher, do homossexual, do velho e do pobre (MUNANGA e GOMES, 2016, p.182).

Desde cedo, é observado o comportamento da criança com intenção de ser considerado “normal” sem fugir das regras impostas na sociedade, todavia, ao apresentar comportamento dito “anormal” essa criança ou adolescente é censurado, intolerado sofrendo risco de violência física, por esta razão, julga-se importante abordar as relações de gênero na educação infantil, questionar os comportamentos pré-determinados pelos adultos na criança, os estereótipos, os preconceitos e discriminações, começar desde cedo ensinando à criança a convivência étnica racial, cultural, religiosa entre outras, desconstruir padrões que geram conflitos, violências e exclusão.

Segundo Oliveira (2006) a criança desenvolve concepções de defesa diante de situações constrangedoras de práticas discriminatórias, para que ela sofra menos e consiga prosseguir na vida e desenvolver uma imagem positiva de si e de seu grupo étnico. A escola como instituição social pode ser considerada um espaço que interfere na construção da identidade da criança podendo valorizar ou estigmatizar – lá.

A LEI 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro - Brasileira e Africana nos currículos dos estabelecimentos públicos e particulares de ensino da educação básica, é fruto da luta do movimento negro. Torna – se fundamental ressignificar as práticas pedagógicas, pois as crianças tem que conhecer a história de mulheres e homens que fundaram movimentos de valorização social do negro no Brasil por intermédio da educação, da cultura e da arte que lutaram com compromisso político pela afirmação da identidade negra e da cultura negra enfatizando lutas contra o preconceito e a discriminação, fizeram e fazem histórias de lutas para as futuras gerações, mencionamos: Abdias do Nascimento, Solano Trindade,

Aguinaldo Camargo, grande Otelo, Ruth de Souza, Lea Garcia, Alzira Rufino, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Haroldo Costa, entre outros.

Situar a escola como espaço das diversas relações sociais, é permitir vivências, conhecimento entre os indivíduos suas histórias e culturas, é promover convivência com a diversidade, afirmar que as diferenças existem e que precisam ser respeitadas, é promover a educação étnica racial construindo relações de respeito entre os gêneros, implementação de política educacional para a igualdade racial, eliminando, portanto atitudes desiguais, preconceituosas e discriminatórias no contexto educacional.

Partimos do pressuposto que é fundamental um olhar reflexivo sobre as diversas formas de constituir famílias que atualmente eleva um novo conceito na sociedade, de união homoafetiva e a adoção de crianças por casais de mesmo sexo e rever o papel do professor diante desse novo contexto de construção familiar e identitário. Reconhecendo as mudanças atuais no seio da sociedade, observa-se, o indivíduo e a cultura em constante movimento, novas identidades, alterações dos valores humanos seguindo padrões da sociedade contemporânea.

Conforme (HALL, 2014) a questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A identidade está interligada as características, ao comportamento, a fatores culturais e históricos construído socialmente e se modifica de acordo com a visão pessoal do indivíduo.

No que diz respeito às mulheres negras, elas têm o direito de se representar esteticamente nos espaços sociais, desconstruindo estereótipos e afirmando sua identidade. Em conformidade com Gomes (2003), a identidade é uma construção social, histórica, cultural e plural, implica a construção de olhar de um grupo étnico racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico racial sobre si mesmo em relação com o outro. Conforme Gomes:

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que historicamente ensina o negro, desde muito cedo, que para ser aceito e preciso negar – se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável quando discutimos nos processos de formação de professores sobre a importância da diversidade cultural? Nesse sentido, quando pensamos a

articulação entre educação, cultura e identidade negra, falamos de processos densos, movediços e plurais, construídos de sujeitos sociais e culturais. Processos que estão imersos na articulação entre o individual e o social, entre o passado e o presente, entre a memória e a história (GOMES, 2003, p.171).

A identidade da mulher negra vem sendo construída com histórias de antepassadas, que deixaram exemplos de uma trajetória de dores, de resistência, desafios e lutas por uma sociedade digna para todos. E essa trajetória perpassa gerações isso nos revela Conceição Evaristo com a poesia “Vozes-Mulheres”, recordando o a linda história de luta das mulheres negras:

A voz de minha bisavó

ecoou criança

nos porões do navio.

ecoou lamentos

de uma infância perdida

A voz de minha avó

ecoou obediência

aos brancos-donos de tudo

A voz de minha mãe

ecoou baixinho revolta

no fundo das cozinhas alheias

debaixo das trouxas

roupagens sujas dos brancos

pelo caminho empoeirado

rumo à favela

A minha voz ainda

ecoa versos perplexos

com rimas de sangue e fome

A voz de minha filha

recolhe todas as nossas vozes

recolhe em si

as vozes mudas caladas

engasgadas nas gargantas

A voz de minha filha

recolhe em si

a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.

Na voz de minha filha

se fará ouvir a ressonância

o eco da vida-liberdade.

Analisando o referido poema “Vozes-Mulheres”, e o árduo contexto histórico da mulher, percebe-se que as mulheres negras fizeram e tem feito conquistas importantes neste entrave: liberdade de expressão, representação, pertencimento, empoderamento, valorização, presença no mercado de trabalho, nas universidades, tem assumido o seu espaço na sociedade em busca de igualdade de oportunidades e de direitos. É importante o empoderamento da mulher negra valorizando seu perfil, representando-se esteticamente nos espaços sociais com seus cabelos, suas roupagens, turbantes e adornos, é uma linguagem expressiva da cultura negra, requerendo o seu direito de representar-se, de visibilidade, respeito e reconhecimento.

É dever do Estado garantir a igualdade de oportunidade para o cidadão sem diferenciar a etnia racial, de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial em seu artigo 1º destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

REFERENCIAL TEÓRICO – METODOLÓGICO

Realizou - se pesquisas em teses, dissertações, artigos, livros e Google acadêmico. Foram abordadas várias problemáticas sociais em torno do tema pesquisado, dentre eles estão: Movimentos sociais, mulher negra, gênero, discriminação, educação. Mulher negra, trajetória, conflitos e identidade (OLIVEIRA, 2006), Racismo na escola (MUNANGA e GOMES, 2016), Relações de gêneros nos cotidianos escolares, (ALVARENGA, 2007), Identidade cultural da pós – modernidade (HALL, 2014). Para o desenvolvimento utilizou-se o método bibliográfico, com embasamento na pesquisa

qualitativa (GIL, 2002), um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo (GOMES, 2003), discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais (SILVA, 2002).

CONCLUSÃO

Aceitar a condição da mulher negra como escrava, subordinada ao machismo, vítima de violência física e psicológica, um contexto histórico de relações desiguais que envolvem questões sociais que hoje presenciamos na sociedade: feminicídio, desigualdade social, de gênero, discriminação, preconceito, ausência dos direitos humanos, de políticas públicas, de educação étnico-racial entre outras. O movimento de mulheres negras, o movimento feminista em ação política ecoa seu grito na luta organizada contra a opressão de gênero, pela participação ativa da mulher na sociedade e por uma vida com dignidade. Nessa perspectiva, essa luta segundo Munanga e Gomes (2016), é importantíssima, mas é necessário a efetivação de políticas de combate á discriminação racial e reeducar a sociedade para as diferenças, precisando construir novas mentalidades.

A década de 70 marca a luta iniciada por poucas mulheres e segue-se fortalecendo a cada dia em seminários, grupos culturais, artísticos, literários, partidos políticos, sindicatos, e em organizações religiosas, engajados por uma política antirracista, e de igualdade com possibilidades de representatividade da mulher na sociedade. Abordar a questão gênero na educação é pensar na formação da criança enquanto sujeito de direito, desconstruindo padrões sociais, que vão se reproduzindo nas relações de gênero, e ressignificar o olhar para as novas identidades, e dar liberdade a mulher negra de se sentir no direito de se representar esteticamente nos espaços sociais.

É importante o empoderamento da mulher negra valorizando seu perfil, representando-se com seus cabelos, suas roupas, turbantes e adornos, é uma linguagem expressiva da mulher, é um ato político de resistência ao racismo e de valorização da estética negra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Elda. **Relações de gênero nos cotidianos escolares:** a escolarização na manutenção transformação da opressão sexista. Contagem: Santa Clara, 2007.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____, **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/** Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC.SEB, DICEI, 2013.

_____, **Estatuto da Igualdade Racial:** Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010.

_____, **Lei de nº 11.340 de 07 de Agosto, 2006.**

_____, **Lei de nº 13.104 de 09 de Março, 2015.**

_____, **Lei de nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003.**

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as:** um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo, Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a12v29n1.pdf> >. Acesso em: 20 agosto 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

MENDES, Ana Claudia Duarte. **Eco e Memória:** “Vozes e mulheres”, de Conceição Evaristo. Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos. V.17-A, dez. 2009.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

OLIVEIRA, Eliana de. **Mulher negra professora e universitária:** trajetória, conflitos e identidade. Brasília: Liber livro Editora, 2006.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **O trabalho do professor na Educação Infantil.** São Paulo: Bitura, 2012.

SILVA JR., Hédio. **Discriminação racial nas escolas:** entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002.